



**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA
DEBATER A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO ESTADO DE
SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 25 DE MARÇO DE 2025, ÀS 19H, NO
PLENARINHO DEPUTADO PAULO STUART WRIGHT DO PALÁCIO BARRIGA-
VERDE**

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Motta Pires Filho) – Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa noite. Sejam todos bem-vindos.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública convocada pela Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, atendendo requerimento da excelentíssima senhora Deputada Estadual Luciane Carminatti, que tem por objetivo debater a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Estado de Santa Catarina.

O debate tem como base os preceitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96, que em seu artigo 5º garante que “o acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.”

Convidamos para compor o dispositivo as seguintes autoridades: a excelentíssima senhora Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Deputada Estadual Luciane Carminatti; a senhora coordenadora nacional dos Fóruns do EJA, Rita de Cássia Gonçalves; a senhora diretora de Ensino da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED/SC), Kênia Andresa Scarduelli; a senhora coordenadora estadual do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos, Flávia Althof; a senhora chefe do Departamento de EJA e de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC/SC), Ivanir Ribeiro, neste ato representando o Pró-Reitor de Ensino do IFSC, Adriano Larentes da Silva; e o excelentíssimo senhor Promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, Marcelo Brito de Araújo. (*Palmas.*)

Citamos e agradecemos a presença das seguintes autoridades e convidados que se apresentaram ao nosso Cerimonial: senhor representante do Núcleo de Educação Indígena, Paulo Márcio Pinheiro; senhora coordenadora do Fórum Estadual de Educação, Rosimeri Jorge da Silva; senhor presidente da União Catarinense dos Estudantes, Natan Luiz Rech; senhor conselheiro do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina, Claudemir Gonçalves; senhora coordenadora de Organização do Movimento Negro Unificado de Santa Catarina, Vanda de Oliveira Gomes Pinedo; senhora coordenadora-geral do Sinte/SC, Alvetê Pasin Bedin; e senhor assessor jurídico Leandro Coelho, neste ato representando o gabinete do senhor Vereador de São José, Caê Martins.

Este Cerimonial convida a excelentíssima senhora Deputada Estadual Luciane Carminatti, proponente desta audiência pública, para presidir os trabalhos.



Uma ótima audiência a todos e boa noite.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Boa noite. Quero agradecer a presença de cada um e de cada uma. Que tenhamos uma boa audiência e, acima de tudo, que seja uma audiência com proposições, encaminhamentos e que possamos avançar na implementação da política da Educação de Jovens e Adultos neste Estado, que ainda precisa de bastante empenho, esforço e dedicação para conseguirmos alcançar esse direito.

Quero agradecer também a presença do Promotor de Justiça do MP de Santa Catarina, doutor Marcelo Brito de Araújo; também da Ivanir Ribeiro, representando nesse ato o Pró-Reitor de Ensino do Instituto Federal de Santa Catarina; da Flávia, que era nossa colega aqui da Comissão de Educação e agora está coordenando o Pacto Nacional de Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos pelo Consed; e também da diretora de Ensino, a Kênia Andresa. Acho que é a primeira audiência que você vem, não é, Kênia, aqui na Assembleia?

(A senhora Kênia Andresa Scarduelli manifesta-se fora do microfone: “Eu já vim o ano passado a uma audiência sobre violência escolar.”)

Ah, não fomos nós que presidimos, mas seja bem-vinda. Já estás carimbada, não é?

Agradecemos também a presença da coordenadora nacional dos Fóruns da EJA, e quem não conhece a Rita da EJA, não é? Também seja bem-vinda.

Vamos combinar aqui como vai ser o andamento desta audiência. A mesa vai fazer uma fala, mas de posicionamento, não é nenhuma palestra, e, ao mesmo tempo, já abriremos as inscrições para quem desejar se manifestar, num tempo de até três minutos, que deverão ser feitas com a nossa assessoria, com o Wilson e com o João.

Depois das falas da mesa e do público, a ideia é trabalharmos no sentido do programa, da ação e do que fazer, porque queremos aproveitar bem este tempo aqui. Vamos trabalhar com um teto de encerramento em torno de 20h30min, 21h? Pode ser?

(A plenária aquiesce.)

Tudo bem? Então o.k.

Feitos esses acordos, eu quero primeiro destacar o objetivo desta audiência, que já foi citado pelo cerimonialista. Nós temos, tanto em Santa Catarina, como também no Brasil, uma política de Educação de Jovens e Adultos que precisa ser incentivada, construída, referendada e fortalecida. Se nós olharmos em Santa Catarina, das 2.869.000 pessoas, nós temos 52,26% desse total que não concluíram a Educação Básica - eu estou falando aqui de doze anos de escolaridade. Desses 2.869.000, 1.540.000 não possuem o Ensino Fundamental e 1.328.000 não concluíram o Ensino Médio, segundo os dados de 2023, e temos também 165.186 pessoas com 15 anos ou mais de idade que não são alfabetizadas. Então, temos aqui um primeiro dado evidente que existe demanda para que possamos ter Educação de Jovens e Adultos em todos os lugares.

Diante desse quadro, em 22 de julho do ano passado fizemos uma *live*, e a Rita, que está aqui, lembra muito bem, para que pudéssemos sensibilizar gestores, profissionais da educação, Conselhos Municipais de Educação, movimentos sociais e diversos fóruns em torno desse tema da superação do analfabetismo e da qualificação da Educação de Jovens e Adultos, garantindo o suporte financeiro e técnico da União; a constituição de equipes de governança que dessem conta dessa Câmara Permanente de Alfabetização e Qualificação da EJA, além de uma



governança consultiva que pertence a partir da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos.

Também nessa *live* tratamos dos arranjos organizacionais como educação pela alternância, profissionalizante e de períodos, assim como a existência de bolsa para professores e coordenadores do Pacto em Santa Catarina. E ainda nessa *live* tratamos da oferta de aulas para 2024. Essa pactuação que vem sendo construída, especialmente do ano passado para cá, tem como objetivo estabelecer uma força-tarefa para que se possa garantir esse direito sagrado que está na Constituição. O direito à educação não é apenas para os de idade escolar, é para todas as pessoas, independentemente da sua idade e de onde residem. Por isso que pensar em Educação de Jovens e Adultos não pode ter um quadrante de sala de aula, local e número de alunos especificamente, porque se os analfabetos estão a 40 quilômetros do distrito principal do Município, em um assentamento de reforma agrária, nós não iremos colocar esses estudantes dentro de um ônibus às oito da noite e levar para o centro da cidade, porque aí nós estamos enforcando esse direito. [*Transcrição e Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos*]

A Educação de Jovens e Adultos, por essência, tem que respeitar a construção cultural e de vivência dos jovens e adultos por onde eles estão. Eu me lembro muito da experiência que nós organizamos em Chapecó quando fui Secretária de Educação, há mais de vinte anos, em que nós tínhamos o Mova e a EJA. O Mova era o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos que combinava, inclusive, com monitores populares, porque nós temos que quebrar a ideia de que somente professor ensina, a sabedoria está presente também em nossas lideranças e no meio em que vivemos.

A Educação de Jovens e Adultos tem que estar presente e ser garantida nos turnos e nos horários que os estudantes podem. A Educação de Jovens e Adultos não dá emprego para professor, não é horário comercial, necessariamente não é horário de vinte horas, quarenta horas, que é bom. Se eles trabalham no corte da erva de madrugada, não dá para fazer Educação de Jovens e Adultos pela manhã, porque eles estarão cansados, com sono. Se você tem uma população do corte da erva, dando esse exemplo, você tem que adequar o horário para eles ficarem estudando e também não são quatro horas, não é?

Vejam bem, nós estamos falando aqui de uma política que precisa ser adequada à população e não a população se adequar a ela, porque senão nós expulsamos as pessoas na primeira semana de aula. E é importante que os gestores tenham essa contribuição e esse olhar, porque se não tiverem, nós vamos querer escolarizar uma população que já está muito afastada da escola e que não acredita mais naquele modelo ou que não se insere mais nesse modelo formal.

No ano passado o governo federal lançou esse programa para garantir que em todo o Estado brasileiro nós tenhamos uma mobilização que traga esses estudantes, de onde estiverem, para um programa nacional de alfabetização de jovens e adultos, esse é o objetivo. Alguns Municípios estão aderindo, outros não, e o Estado de Santa Catarina aderiu ao Pacto, mas hoje o que queremos é avançar para que todos se responsabilizem, porque não é uma responsabilidade somente daqueles que não concluíram os estudos bater na porta – esse sujeito que está excluído não vai bater na porta, somos nós que temos que encontrá-lo, somos nós que temos que chegar até ele. Então é com esse intuito que queremos fazer esta audiência.



Muitas pessoas estão acompanhando a audiência de forma remota e informo a todos que os comentários e as contribuições do *chat* serão anexadas na ata da audiência, que se transformará num documento oficial.

Com a palavra a professora Rita de Cássia Pacheco Gonçalves, representante do Fórum de Educação de Jovens e Adultos de Santa Catarina (Feja/SC).

A SRA. RITA DE CÁSSIA PACHECO GONÇALVES – Trago saudações dos Fóruns de EJA do Brasil.

Eu não sou coordenadora, gente (*refere-se à qualificação dada pelo Cerimonial*), nós não trabalhamos com um coordenador, com uma coordenadora, nós temos uma coordenação colegiada. Isso é importante nós dizermos porque é da própria EJA a ideia do trabalho coletivo. Inclusive vi alguém aqui [com a frase] educar é um ato coletivo, e nós levamos muito a sério esse princípio da educação como ação coletiva.

Eu sou membro da Coordenadoria Nacional dos Fóruns de EJA do Brasil, representando esse movimento social no Fórum Nacional de Educação. Então, por essa razão eu componho a coordenação nacional.

Acho importante falarmos o que é o Fórum. Nós temos Fóruns de EJA em todos os Estados da Federação e em Santa Catarina também temos. Temos uma coordenação, temos a Maria Hermínia, temos a Dae, temos o nosso coordenador, o Daniel, que muitos conhecem – um coordenador executivo, digamos assim, que está de licença porque sofreu um acidente, mas está bem, está se recuperando e por isso ele não pôde estar aqui. A nossa organização não tem filiação, nós somos um fórum e reunimos entidades, instituições, pessoas, gestores, educadores, educadoras, estudantes de todos os níveis da Educação de Jovens e Adultos, pesquisadores, pesquisadoras e movimento social. Nós temos, inclusive, nos ressentido um pouco pela ausência de movimentos sociais para nos ajudar na organização da discussão da EJA no Estado de Santa Catarina.

Inclusive nós temos um papelzinho, eu vou pedir para as meninas passarem, para quem quiser ser incluído no nosso grupo de comunicação para receber e ficar sabendo dos acontecimentos em nível nacional da EJA. Não é uma filiação, não tem nenhum compromisso de participação, nós entendemos que todo mundo que discute EJA é membro do Fórum da EJA e tem responsabilidade e compromisso com a causa que acredita.

Nesta audiência a Luciane já colocou um pouco o cenário. Nós perguntamos [sobre] a responsabilidade da garantia da oferta e do direito à educação, porque o nosso ponto de partida é que a EJA é um direito que foi consagrado na Constituição Federal de 1988, quando definiu que a educação é direito de todos em todas as idades. E em 1996 a LDB tirou a EJA do lugar de programa de governo, de supletivo, e colocou-a no patamar de Educação Básica, que pertence ao sistema de ensino, é uma modalidade da Educação Básica.

Portanto, embora atenda aquelas pessoas que não estão na idade obrigatória – aqui é preciso fazer uma ressalva, um parêntese, porque com a obrigatoriedade escolar se elevando para 17 anos e 11 meses –, a EJA também atende desde os 15 anos. Então a EJA está, neste momento, atendendo também os adolescentes da faixa etária obrigatória de escolaridade, o que não deveria ser, pois a EJA é para atender os trabalhadores, os jovens e adultos trabalhadores, mas como os adolescentes estavam fora da obrigatoriedade escolar e viviam em um certo limbo de atendimento na educação, a EJA acolheu essa faixa etária. Então ainda estamos com muitos adolescentes na EJA.



Consagrado esse direito, a pergunta é: se não é obrigatório não precisa ofertar? Não. A lei define que é direito subjetivo, a pessoa não precisa ir se não quiser, mas o Estado é obrigado a ofertar.

(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

Então, a nossa pergunta é: de quem é a responsabilidade... Eu vou sintetizar novamente, embora a Lu já tenha iniciado a apresentar: qual é o cenário da EJA em Santa Catarina, que não é diferente do Brasil, infelizmente.

A primeira pergunta que nós temos que fazer é: o que afinal de contas é a EJA? Não é supletivo, é uma modalidade da educação, não é? Mas o que a lei diz? Então vou repetir o que está no parecer do professor Jamil Cury, do ano de 2000, que nos guia até hoje, enquanto conceito de EJA. A EJA é uma modalidade de educação que cumpre uma função reparadora, cumpre a função de devolver o direito àquelas pessoas que tiveram esse direito violado na infância e na adolescência. Então cumpre a função reparadora, a reparação de uma dívida histórica que este país tem com 68 milhões de brasileiros. Mais da metade da população adulta “produtiva”, entre aspas – as pessoas gostam de falar “pessoas produtivas” –, não concluiu a Educação Básica, ou seja, teve o seu direito à educação violado. Não é qualquer coisa. Então, cumpre a função reparadora. [Transcrição: Rafael José de Souza / Leitura: Vera Regina Zacca]

A EJA é uma modalidade de educação que cumpre a função equalizadora, de modo que essas pessoas possam ter acesso ao conhecimento atual e criar na sociedade uma massa de conhecimento para todos, ou seja, permitir que todos tenham acesso ao conhecimento. Então, é equalizar a distribuição do conhecimento na sociedade. Por fim, a função qualificadora, pois são pessoas que estão no mundo do trabalho e a maioria dessas pessoas não tem formação profissional, ou tem uma formação profissional muito precária, ou muito pouco valorizada pela sociedade. Então, cumpre a função qualificadora.

No entanto, embora seja obrigatório há quase trinta anos, a LDB de 1996 vai fazer no ano que vem trinta anos, trinta anos que a EJA é uma modalidade de educação e, mesmo assim, ainda hoje ela é ofertada de forma muito precária. A gente diz que a marca da EJA é a precariedade. De que forma? Os estudantes da EJA frequentemente não podem acessar biblioteca, laboratório; frequentemente as direções das escolas não gostam de ter estudantes da EJA na escola; a maioria dos professores e das professoras da EJA são admitidas em caráter temporário, portanto tem um vínculo precário – e nós sabemos o que significa um professor ACT com vínculo precário dos professores da EJA, eles mudam de escola todo ano. A maior parte dos professores e das professoras cumprem na EJA a sua terceira jornada, porque em função do salário ser sempre muito inferior ao necessário, precisam completar a carga horária. Então é frequente termos professores da EJA na sua terceira jornada de trabalho.

Do nosso ponto de vista, essa precariedade da EJA está na contramão do que diz a legislação. A lei diz ainda que, sendo uma modalidade da Educação Básica, é obrigação do Poder Público recensear anualmente, ou seja, fazer a chamada pública dos adolescentes em idade escolar, bem como dos jovens e adultos. Portanto, a chamada pública, a mobilização para a matrícula não é só para crianças e adolescentes na idade obrigatória, é também - está na lei - para os jovens e adultos. Quem aqui já viu chamada pública, mobilização nacional ou estadual para chamar as pessoas para a EJA? A gente vê os professores com bilhetinhos se esforçando e, muitas vezes, encontramos um movimento interessante, mas a regra infelizmente é não haver o recenseamento.



A lei diz ainda que os Estados incumbir-se-ão de assegurar o Ensino Fundamental e oferecer, com prioridade, o Ensino Médio, não diz que é só para os adolescentes até 18 anos. A lei diz que é oferecer a Educação Básica no Ensino Médio. Portanto, também serve para os jovens e adultos além dos 18 anos.

Já no artigo 11, da LDB, a lei diz que os Municípios deverão oferecer, com prioridade, o Ensino Fundamental, sendo permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência, Educação Básica com prioridade para o Ensino Fundamental, inclusive EJA. A lei não define a idade obrigatória.

Portanto, em Santa Catarina existem cerca de oitenta Municípios que não ofertam EJA. Não é discricionário, gente? O Município não pode optar por não ofertar, mas nós temos Municípios que optam por não ofertar. E sabem qual é a resposta? Que o Estado já oferece, então estariam fazendo dupla oferta.

O meu questionamento se remete mesmo à questão jurídica. Como assim, o Município não oferta EJA? Não é discricionário? A lei diz assim: oferta. Entenderam?
(Manifestação fora do microfone inaudível.)

Sim, o Município é responsável pelo ensino, mas já vou dar os números para ninguém dizer que não tem demanda.

Ainda diz a lei que o Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola mediante ações integradas e complementares entre si. A lei diz “o trabalhador na escola”, portanto a EJA não é uma oferta de Educação Básica para jovens e adolescentes que não têm outra coisa para fazer na vida a não ser estudar. São, antes, trabalhadores que estudam, mesmo aqueles que estão desempregados, pois o foco deles é o trabalho. No primeiro sinal de trabalho, seja ele precário ou o que for, eles largam a escola e vão trabalhar, porque a prioridade é o trabalho.

Vou tentar ser mais rápida agora, até porque a Luciane já apresentou.

Então a legislação nos induz a pensar: estão todos que querem na escola? Não, não é verdade. A Luciane já falou que tem mais de 2,8 milhões de pessoas em Santa Catarina. Esse é o dado de Santa Catarina, no Brasil são 68 milhões que não concluíram a Educação Básica. No entanto, nós temos menos de 50 mil matrículas, não chega a 2% o atendimento da demanda da EJA. Das pessoas analfabetas, a gente sempre pensa: atribuir o analfabetismo às pessoas com mais idade? E isso é verdade. Temos 71 mil pessoas com 15 anos a 29 anos de idade que são analfabetas em Santa Catarina. São jovens na idade produtiva, como gostam, e são 70 mil pessoas com mais de 65 anos.

Em Santa Catarina a maioria dos Municípios assinou o Pacto, no entanto, e a Lu já falou também do analfabetismo, são 165 mil pessoas. Santa Catarina tem uma taxa boa de analfabetismo, 2,7%, não é um absurdo, mas vejam que interessante, 131 Municípios entre os 295 possuem taxas de analfabetismo superiores a 2,7%. Nós temos Município com 15% de analfabetismo, Município com 11,7% de analfabetismo. Não é pouco, é muita gente, não é?

Diante desse cenário, o que a gente vem acompanhando? Uma queda anual de matrículas na EJA. E, aí, nós chegamos na oferta. Ah, não tem demanda? Não. Não vindo, não tem demanda. Essa é a resposta. Nós temos mais de 1,5 milhão de pessoas que não têm o Ensino Fundamental.

Então nenhum Município pode dizer que não tem demanda para o Ensino Fundamental, pois temos mais de 1,5 milhão de pessoas que não concluíram o Ensino Fundamental. Não dá para não ofertar EJA em nenhum Município de Santa Catarina. Nenhum! Nenhum! E temos mais de 1,2 milhão de pessoas maiores de 18



anos que não completaram o Ensino Médio. Então, o Estado tem muito o que fazer se quisermos dividir a responsabilidade. Mas o Estado também tem responsabilidade pelo Ensino Fundamental, não é?

Eu vou mostrar só esse quadro (*aponta para a tabela*). Olhem lá no final, de 2018 para 2023 temos menos 25% na rede pública, temos menos 41% na rede privada, não é só na pública que cai a matrícula, não, são menos 42% na pública e menos 35% na privada. Vou pegar o ano de 2023 para 2024, quando o Pacto já estava começando, começou no meio do ano passado, mas já estava aí. Observem, porque é interessante: em 2023 em Santa Catarina nós tínhamos 506 matrículas de EJA EaD - pensem em EJA em Educação à Distância, vocês conseguem fazer ideia do que seja isso. Em 2024 tínhamos 4.282 matrículas em EJA à Distância, e foi o que deu uma salvadinha para a queda não ser tão violenta, porque subiu a Educação à Distância.

Os outros níveis, presencial e semipresencial, todos eles caíram...
[Transcrição: Fabiano Antonio de Souza / Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos / Leitura Final: Dulce M. da Costa Faria]

Opa, os estudantes do IFSC chegando; o pessoal trabalhador chega na escola depois das seis e meia da tarde.

(*Vários alunos do IFSC adentram o recinto. Palmas.*)

Então, a gente tem aqui duas propostas de encaminhamento: a primeira é que Santa Catarina institua, o mais rápido possível, aquilo que está no Pacto, que é o comitê de acompanhamento do Pacto, porque é preciso mobilizar a sociedade civil, se a gente quiser, de verdade, aumentar as matrículas de EJA no Estado. Se não tiver mobilização da sociedade civil não terá aumento de matrícula na EJA, não é?

E a outra proposta é que a gente constitua um grupo de trabalho permanente com as diferentes entidades que aqui estão, como ponto de partida, para que a gente possa estar frequentemente – o que não é toda semana, mas pelo menos uma vez por semestre – avaliando a situação, levantando proposições e chamando todas as entidades e instituições que podem se envolver nessa chamada pública, nessa mobilização.

Então, é isso. Espero que a gente tenha tempo ainda no final para conversar um pouco mais.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Muito obrigada, Rita.

Sejam bem-vindos aqui os alunos da Educação de Jovens e Adultos do IFSC de São José. Bem-vindos e bem-vindas, tá bom?

Registro a presença da Selma, que faz parte do mandato do Deputado Rodrigo Minotto. Bem-vinda, Selma. E, também, do professor Jaques, representando aqui o Deputado Federal Pedro Uczai. Obrigada pela presença.

Com a palavra a senhora chefe do Departamento de EJA e de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC/SC), Ivanir Ribeiro, neste ato representando o Pró-Reitor de Ensino do IFSC, Adriano Larentes da Silva.

A SRA. IVANIR RIBEIRO – Boa noite a todas as pessoas presentes nesta audiência e aos que estão acompanhando pelo canal do YouTube. Cumprimento os profissionais da educação, os estudantes, todas as pessoas aqui presentes e a mesa também.

Eu agradeço a Comissão de Educação e Cultura da Alesc, especialmente à Deputada Luciane Carminatti e sua equipe, que articularam a realização desta



importante audiência em parceria com o Fórum de EJA de Santa Catarina, do qual eu também faço parte.

Esta audiência é bastante esperada pelo Fórum de EJA e pelos profissionais que atuam e militam na defesa do EJA no Estado, pois se trata de um tema de extrema importância para a educação, em um contexto já apontado aqui tanto pela Deputada, quanto pela Rita: temos no país 68 milhões de pessoas acima de 25 anos que não concluíram a Educação Básica, e no Estado de Santa Catarina temos esses dados que foram apresentados aqui.

Diante desse cenário e representando o Instituto Federal de Santa Catarina, eu quero reafirmar o nosso compromisso com a EJA. Também gostaria de compartilhar com vocês algumas ações que nós estamos desenvolvendo para fortalecer a EJA no Instituto Federal. Fortalecer e ampliar, não é, porque os Institutos também têm o compromisso, a partir do Decreto 5.840, de 2006, de ofertar 10% das vagas em EJA, e nós não conseguimos ainda atingir esse percentual. Em 2006 era para estar em 10%, ampliando nos anos seguintes, e nós ainda estamos na batalha para tentar ampliar essa oferta.

Em Santa Catarina nós encontramos bastantes desafios, mas também vimos avançando em algumas frentes que eu gostaria de compartilhar com vocês, e estarei disponível depois para conversarmos e tentarmos avançar nessa frente.

Só para situar quem nos acompanha e não conhece, o IFSC é composto por 22 *campi* distribuídos por todas as regiões do Estado, e estamos em vias de inaugurar o vigésimo terceiro *campus*, que será na cidade de Tijucas, que, inclusive, já iniciará com oferta de EJA e oferta de cursos técnicos integrados.

Atualmente nós temos no IFSC treze cursos de EJA, em vários *campi* do Estado, alguns em oferta própria - o que chamamos de oferta própria é a oferta que nós desenvolvemos toda no IFSC, tanto a formação básica quanto a formação profissional -, e também temos algumas parcerias com o Estado e com os Municípios.

O nosso compromisso, no qual estamos atuando fortemente, é para que todos os *campi* tenham oferta de EJA. Para isso nós criamos, a partir de 2023, o Departamento de EJA em Ensino Técnico Integrado, que é uma frente que entendemos muito importante para dar visibilidade para a EJA na instituição, e também para desenvolver ações mais focadas, específicas para a EJA, tentando ampliar e fortalecer essa oferta na instituição.

Então, para nós, a criação desse departamento foi muito importante e ainda está sendo muito importante, porque conseguimos avançar em algumas frentes, e eu gostaria de falar de algumas delas, até apresentadas aqui como alguns desafios que nós temos no Estado para avançar na EJA.

Nós temos estabelecido um diálogo bastante intenso com os *campi* para que todos se comprometam com a oferta de EJA, para que ela não fique restrita a alguns *campi* que se diz têm mais "vocação", entre aspas, porque todos nós, enquanto instituição, temos esse compromisso com a oferta. Então o nosso diálogo é para que todos os *campi* tenham a oferta de EJA e, para isso, nós criamos uma comissão para a implementação dessa política, que funciona na Reitoria com representação de vários *campi*, e, também, comissões locais em cada *campus* para que eles articulem lá, localmente, todas essas ações.

Agora que nós estamos discutindo planos de oferta de cursos e vagas, nós incluímos a obrigatoriedade de garantir os 10% de cursos em cada *campus*. Essa foi uma luta bastante intensa, porque alguns *campi* entendem que não têm essa responsabilidade, mas nós incluímos na nossa política de EJA para que todos os



campi, em quatro anos, tenham 10% da oferta de vagas na instituição, conforme prevê, inclusive, o nosso decreto lá de 2006.

Mais recentemente nós avançamos – e foi uma pergunta agora – na oferta de cursos técnicos integrados. Então nós tínhamos muitos cursos em parceria, mas cursos FICs. E o que é isso? O FIC é uma Formação Inicial e Continuada, com uma carga horária menor do que um curso técnico, e nós entendemos que, para a EJA, também precisamos pensar em cursos técnicos. Nós temos que ofertar cursos técnicos para que os estudantes também saiam com uma base profissional mais sólida. Então temos avançado na construção e na oferta desses cursos, inclusive implantando cursos em *campi* que nunca tinham ofertado EJA até então.

Nós temos desenvolvido também um processo bastante sistemático de busca ativa. O que é isso? Busca ativa dos potenciais estudantes da EJA é ir *in loco* nas comunidades, nas escolas, auxiliar os potenciais estudantes a entenderem o que é o edital, porque às vezes o edital é bastante complexo, e auxiliar no processo de inscrição, porque também existe toda uma burocracia, formulários e, às vezes, os estudantes têm algumas dificuldades no processo de matrícula, isso para que se sintam mais acolhidos e pertencentes, conheçam a instituição e saibam que a instituição é para eles também. É uma instituição gratuita e todos têm o direito de acessar.

Nós escutamos muito também esse discurso já comentado pela Rita, de que não existe demanda no Estado. Nós sabemos que tem e, a partir dessa experiência de busca ativa, temos visto que tem muita demanda no Estado. E aí eu gostaria de citar a pesquisa da nossa companheira, a Maria Hermínia Fernandes Lage Laffin, professora aposentada da UFSC, que fez um levantamento muito interessante e que aponta, em cada Município do Estado, qual é a demanda de EJA, tanto do Ensino Fundamental, quanto do Ensino Médio. [*Transcrição: Clovis Pires da Silva / Leitura: Reinaldo T. Ouriques*]

E nós temos, olhando aquela planilha, aquele levantamento, geralmente acima de 25% de demanda no Ensino Médio; no Ensino Fundamental menos, mas no Ensino Médio tem uma demanda muito expressiva. Então, quando vamos para os *campi*, levamos esse material e apresentamos. Tem demanda, sim, e nós precisamos desenvolver estratégias para identificar, chegar até esses estudantes e trazê-los para a instituição. Nós temos feito bastante isso.

Nós temos também feito um diálogo com o Estado, principalmente com a Flávia, não é – agora está um pouco parado, mas queremos retomar –, e também com os Municípios para a oferta em parceria. Nós temos tentado fortalecer a oferta própria, porque achamos que é extremamente importante, especialmente para a oferta de cursos técnicos, mas também estamos investindo nas possibilidades de parceria. E tivemos muitas ofertas recentemente, tanto com o Estado quanto com o Município.

Mas, em relação às parcerias, eu só queria fazer um destaque, porque nós entendemos que a parceria não precisa ficar restrita ao âmbito do currículo, ela pode se dar de diferentes formas: ela pode se dar na forma de auxílio para transporte, para alimentação, para atendimento aos filhos das mães que têm que levá-los juntos para a escola, muitas vezes. Então, há outras possibilidades de parceria. Inclusive nós estamos em um diálogo com a Prefeitura de São Miguel do Oeste, porque nós queremos implantar um curso lá, e os estudantes têm muita dificuldade de chegar até a escola. Ter essa parceria com o Município para auxiliar no transporte dos estudantes é extremamente importante.



Então, essas parcerias podem se dar de outras formas que não necessariamente no currículo, com o Estado ou os Municípios ofertando a formação básica e nós a formação profissional. Então nós temos tentado avançar também nesse diálogo com os parceiros.

Temos também discutido, conversado, não é, Flávia, sobre a possibilidade de parcerias, e já tivemos, para a oferta de cursos para as pessoas em privação de liberdade. Nós tivemos duas experiências importantes recentemente, mas entendemos que essa é uma frente bem importante na qual poderíamos investir muito, e o IFSC tem uma grande contribuição a dar nesse sentido.

Eu também queria destacar que, recentemente, foram aprovadas as Diretrizes Nacionais da EJA/EPT (Proeja) da rede federal, que foram produzidas junto ao Conif. Esse foi um documento que já havia sido discutido pelo coletivo da EJA/EPT nacionalmente, e essa foi uma conquista também importante, porque ela vai dar diretrizes para os Institutos Federais ofertarem EJA. E, especialmente, a EJA Integrada à formação técnica, que é a nossa expertise. Nós temos, em todo o Brasil, 685 *campi*. Imaginem todos eles ofertando EJA integrada com formação técnica. Essas diretrizes, nós acreditamos – é claro que só as diretrizes, por si só, não vão garantir isso –, são um passo importante para avançarmos nessa oferta.

E, por fim, eu só queria destacar que – nós entendemos e a nossa experiência tem evidenciado – é por meio da indução dos gestores dos Municípios, do Estado e da rede federal, e com ações concretas, que nós vamos avançar na ampliação da oferta da EJA e da EJA Integrada. A nossa indução – e nós temos feito isso nessa gestão – tem provado isso, que nós temos ampliado a EJA a partir da perspectiva que defendemos, que é uma EJA Integrada, com uma formação técnica e qualificada para todos os estudantes, porque eles merecem e têm direito ao acesso e a essa formação.

Nós esperamos, então, que a partir desta audiência nós possamos avançar nessa construção. Eu me coloco à disposição também para esclarecer dúvidas e questionamentos.

Trouxe somente algumas ações aqui, mas espero fortemente que possamos avançar. O Instituto Federal está comprometido com essa oferta, bem como com a ampliação e o fortalecimento da EJA no Estado.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Estes alunos que estão chegando agora são do Município de Florianópolis?

(*Vários alunos adentram o recinto.*)

São da Educação de Jovens e Adultos da Capital. Bem-vindos e bem-vindas, sintam-se acolhidos. Nós estamos iniciando agora as falas da mesa.

(*Uma criança brinca na plenária.*)

Eu quero também dizer ao pai e à mãe dessa criança para deixá-la à vontade; nós temos que aprender a conviver. Olhem que linda! Que maravilha, não é?

E quando nós olhamos para essa criança, pensamos também que muitas mães que poderiam estar na EJA precisam ter o acolhimento de seus filhos na Educação de Jovens e Adultos, certo? Não é isso? (*Palmas.*) Então, pensar nessa política não é somente [pensar] na política de Educação de Jovens e Adultos. Eu quero ampliar a minha fala.

Quando nós pensamos em atividades para as mulheres, não pensamos que elas, normalmente, têm filhos – eles normalmente ficam com as mães. Nós queremos que as mulheres participem mais, mas não acolhemos as crianças. Então hoje, quando se pensa em qualquer atividade, temos que nos preocupar também



com o acolhimento das nossas crianças. Eu acho que isso faz parte de pensar as políticas públicas.

Quero fazer esse registro para que quem tenha filhos aqui não se sinta excluído. Ao contrário, fiquem bem à vontade e deixem-nas andar, circular, nós convivemos com elas. É só não deixar cair (ri), tá bom?

Eu quero também mandar um abraço para todo mundo de São José. A Rita estava me falando que estão aqui, mas estão também na sala de aula acompanhando esta audiência. Depois eu vou fazer os registros. Tem muita gente *on-line* acompanhando, turmas parando para assistir a este momento aqui da audiência. Então, muito obrigada.

Agradeço à Ivanir, registrei várias sugestões e também contribuições da sua fala.

Antes de passar a palavra para a Flávia, registro a presença de toda a direção do Sinte, em nome da Alvete. Sejam todos e todas bem-vindos e acolhidos aqui conosco, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação.

Com a palavra a senhora coordenadora estadual do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos, Flávia Althof.

A SRA. FLÁVIA ALTHOF – Boa noite.

Agradeço, Deputada Luciane, e ao cumprimentá-la cumprimento todos que estão presentes na mesa e a plateia que está aqui conosco.

Neste momento eu estou representando o Pacto pela Educação de Jovens e Adultos. E eu não estou sozinha, junto comigo tem toda uma equipe do Pacto, inclusive a coordenadora pedagógica indicada pela Undime. Eu sou indicada pelo Consed e a Tamelusa é indicada pela Undime e está aqui presente. E junto conosco temos 34 articuladores regionais e 74 formadores regionais.

Então, eu vou falar um pouquinho para vocês o que é o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e a Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, conhecido como Pacto da EJA. Ele é uma política pública criada pelo Ministério da Educação, recebendo a adesão dos Estados e dos Municípios.

O Pacto tem alguns objetivos, e o primeiro deles é a superação do analfabetismo, a elevação da escolaridade, a ampliação da matrícula na Educação de Jovens e Adultos e também o aumento da oferta da EJA Integrada à Educação Profissional, como a Ivanir bem colocou. Para que nós possamos atingir esses objetivos do Pacto, temos algumas ações que já estão sendo executadas e outras que começarão a ser executadas a partir deste ano e do ano que vem. A previsão do Pacto é até o final do ano de 2026 - ele iniciou em meados do ano passado e nós já estamos atuando desde setembro, outubro, os coordenadores, os articuladores e os formadores regionais. [*Transcrição: Vera Regina Zacca / Leitura: Rafael José de Souza*]

Então, quais ações e programas estão vinculados ao Pacto da Educação de Jovens e Adultos? Nós temos a formação em serviço para os professores da EJA, o Programa Brasil Alfabetizado, Educação EJA Integrada à Educação Profissional – que também é uma ação que precisamos fortalecer –, e também a ação de Chamada Pública, que já está sendo executada e trabalhada com os articuladores nos Municípios e na sociedade civil – já estamos trabalhando nisso.

Para vocês terem uma ideia, em Santa Catarina temos 295 Municípios; sendo que destes, 243 Municípios da rede estadual fizeram adesão ao Pacto da EJA até o dia 12 deste mês. Já sabemos que outros Municípios fizeram a adesão - do dia 12 de março até hoje -, então esse número aumentou significativamente. Mas até o



dia 12 os 52 Municípios que ainda não haviam feito a adesão ao Pacto da Educação de Jovens e Adultos tornam significativo o número de analfabetos.

Como a Rita apresentou todos os dados anteriormente, nos 243 Municípios que fizeram a adesão, temos 149 mil analfabetos. Além disso, nós temos mais 16 mil analfabetos naqueles Municípios que ainda não fizeram adesão, mas nós estamos trabalhando para que façam.

Nós, articuladores do Pacto, estamos incansável e diariamente fazendo reuniões, visitando Município por Município e explicando o que é o Pacto, quais são suas atribuições e suas consequências, qual benefício o Município terá se aderir e trabalhar para o fortalecimento da EJA. Se o Município não fizer a oferta, precisa passar a ofertar a modalidade, porque como a Rita disse, é uma obrigação - tanto a rede estadual, quanto a rede municipal são obrigadas a ofertar a Educação Básica, e a EJA é Educação Básica, então eles não podem se omitir.

Em muitos Municípios os articuladores conversam... Eu e a Tamelusa também participamos ativamente das reuniões com os Municípios e o que escutamos muito é que a EJA é responsabilidade do Estado, não é obrigação do Município. Muito pelo contrário! Então estamos trabalhando essa questão com os Municípios, explicamos que eles são obrigados a ofertar, sim! Se o aluno não quiser, é uma questão do aluno, mas precisamos oferecer e tentar chamá-lo para dentro da sala de aula. Então, os nossos articuladores do Pacto estão trabalhando nesse sentido, visitando Município por Município.

A taxa de analfabetismo em Santa Catarina varia entre 1% e 10%. Em 290 Municípios a taxa varia entre 1% e 9% de analfabetos, ao passo que cinco Municípios têm uma taxa de analfabetismo entre 10% e 20%. Nesses cinco Municípios, estima-se um número de mais ou menos 1.600 analfabetos. Nós, coordenadoras do Pacto da EJA, em conjunto com os articuladores do Pacto da EJA, estamos trabalhando incessantemente em cima desses Municípios, principalmente daqueles que ainda não fizeram a adesão ao Pacto. Aproveitamos também para incentivá-los a fazer a adesão ao Programa Brasil Alfabetizado, que é uma ação específica de alfabetização.

Outra grande ação do Pacto é a formação em serviço dos professores da Educação de Jovens e Adultos. Como eu falei, nós temos os formadores regionais do Pacto, que estão sendo capacitados para reproduzirem essa formação e que ela chegue ao professor. Quem é o responsável pela formação desses professores é o Instituto Federal Farroupilha, do Rio Grande do Sul. Esse Instituto está capacitando todos os formadores regionais de todos os Estados e esses formadores capacitam o que chamamos de formadores locais ou coordenadores pedagógicos das escolas, os quais, por sua vez, formarão os professores.

A formação dos professores está dividida em momentos virtuais e presenciais. A cada quinze dias temos as formações virtuais, que são de responsabilidade do Instituto Federal Farroupilha, o qual dá esse momento para os professores – inclusive amanhã a professora Maria Hermínia participará dessa formação virtual. E de modo intercalado, a cada quinze dias, nós temos os encontros presenciais. Esses, sim, acontecem dentro da escola, presencialmente, com a equipe gestora ou com o formador local, dando formação para os professores através dos círculos de cultura.

A formação com os professores iniciou há duas semanas com o primeiro encontro virtual e teve quase vinte mil professores acessando ao mesmo tempo. Foi um momento histórico de formação da EJA para o Brasil e para Santa Catarina. Nunca tivemos uma formação dessa grandeza, com tantos profissionais



participando. E além dos professores, as equipes gestoras das escolas também são convidadas a participar da formação.

Na semana passada iniciaram os momentos presenciais nas escolas nas quais eles estão se organizando e se preparando para que os professores tenham 4 horas mensais de formação em serviço. Então os momentos presenciais nas escolas do Estado já iniciaram, tanto nas escolas do Estado, dos Cejas, quanto nas escolas que têm a oferta da Educação de Jovens e Adultos pelo Município.

Os formadores regionais, como eu falei, capacitam as equipes gestoras das escolas, os formadores locais, e os formadores que são indicados pelo Consed dão a formação para os anos finais e Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos; ao passo que os formadores indicados pela Undime são responsáveis por capacitar os professores dos anos finais, tanto da rede municipal quanto da rede estadual. É dessa forma que está estruturado o Pacto para a Educação de Jovens e Adultos.

Já temos um levantamento referente ao Estado de Santa Catarina de pouco mais de dois mil professores da rede estadual e das redes municipais que participarão dessa formação, e temos quase duzentos formadores locais e coordenadores pedagógicos que trabalharão essa formação com esses professores na escola.

De modo geral, são essas as informações que temos do Pacto. Só volto a afirmar que nós estamos trabalhando incessantemente para que todos os 295 Municípios façam a adesão e participem dessa ação, dessa política pública que é muito importante para os alunos e para aqueles que ainda não são alunos, mas que precisam ser para ter uma Educação Básica completa, ter um Ensino Médio completo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Obrigada, Flávia.

(*Vários alunos adentram o recinto.*)

Vocês são da turma de EJA de Florianópolis também?

(*Manifestação ininteligível fora do microfone.*)

Ah, EJA do Morro do Horácio. Sejam bem-vindos.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, eu quero só registrar o sucesso desta audiência. Temos mais de setenta pessoas acompanhando *on-line*, e quais são os Municípios presentes? Atenção! Laguna, São Miguel do Oeste, São José, Xanxerê, Planalto Alegre, Concórdia, Dionísio Cerqueira, Joaçaba, Mafra, Joinville, Brusque, Brunópolis, Videira, Braço do Norte, Araranguá, Balneário Rincão e Blumenau. Uma salva de palmas! (*Palmas.*)

A Flávia terminou falando desse bom momento que estamos vivendo, que é um retrato, Rita, das pessoas se mobilizando, se organizando e pautando a Educação de Jovens e Adultos. [*Transcrição: Nicole da Silva / Leitura: Janis Joplin Zerwes Leal*]

Já tivemos muitos comentários no *chat* e aqui vou trazer algumas questões colocadas.

Aqui diz: atendemos mais de duzentos estudantes no Presídio Regional de Xanxerê, falta material didático, os estudantes não são contabilizados no censo escolar.

Laguna: existe exigência de número mínimo de matrículas para abrir turmas.

Mafra: a rede estadual precisa rever o número mínimo de estudantes para abrir turmas.



Outra colocação: um grande desafio da Educação de Jovens e Adultos é ter previsão orçamentária. É grana para garantir alimentação, transporte, material, certo?

Araranguá: é preciso rever a grade curricular. Está falando aqui do currículo.

Maíra: além da oferta, é urgente políticas públicas que assegurem a estabilidade.

Esses são alguns registros que, creio, depois teremos que ir respondendo. Está certo?

Novamente reafirmo: quem deseja se manifestar após a fala da mesa, que já está chegando ao final, faça a inscrição previamente, vamos abrir falas de três minutos para cada. As meninas e o Wilson estão aqui e podem se inscrever com eles para fazer a sua manifestação focada no tema, seja a questão da EJA em si ou mesmo uma proposição, um encaminhamento.

Com a palavra a senhora Kênia Andresa Scarduelli, diretora de Ensino da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED/SC).

A SRA. KÊNIA ANDRESA SCARDUELLI – Boa noite a todos. Quero saudar os que estão assistindo através do YouTube e toda a mesa. Agradeço a presença do nosso gerente, Anderson, que é da Secretaria de Estado da Educação, responsável pelas modalidades e coordenador dessa pasta. Anderson, por favor, levante-se para que todos possam conhecê-lo. Saúdo também a professora Maria Hermínia, que foi minha professora na UFSC.

Acho importante essa discussão, estarmos aqui e pensarmos um pouquinho sobre a Educação de Jovens e Adultos, pois realmente vemos que a oferta tem crescido bastante. Com a questão dessa construção da política, é bem plausível e importante estarmos conversando e discutindo sobre isso. Que bom que tem alunos aqui também que podem nos dar esse retorno, e que podemos escutar, conversar e dialogar sobre isso, assim como os professores.

Vou fazer um breve apanhado do que a Secretaria de Estado da Educação tem oferecido em relação ao EJA para mostrar como está esse panorama na rede estadual.

Hoje nós temos 40 Centros de Educação de Jovens e Adultos e 37 coordenadorias, sendo que 3 delas possuem 2 polos de EJA: Florianópolis, Laguna e Itajaí. Contamos com 209 unidades descentralizadas localizadas em escolas estaduais e municipais, onde os estudantes são atendidos dentro da estrutura já existente. Temos ainda 52 unidades prisionais, 17 unidades socioeducativas, 16 comunidades quilombolas e 17 escolas indígenas que oferecem EJA, com matrizes específicas de EJAs. Digo isso para vocês terem uma noção do que temos ofertado e de que maneira.

Na data de hoje temos matriculados 21.873 estudantes, sendo 20.379 na Educação Básica e 1.494 na qualificação profissional. Dessa da qualificação profissional do EJA, como mencionado anteriormente, oferecemos cursos principalmente de Língua Portuguesa para Estrangeiros, Assistente Administrativo, Assistente de Recursos Humanos, Montador e Reparador de Computadores e Operador de Computadores. Esses são os cursos profissionais oferecidos dentro no EJA para qualificar profissionalmente o nosso estudante que vai retornar para a escola, e como vocês falaram, não tiveram essa oportunidade antes e agora estamos atendendo.

Quero deixar registrado que a Flávia, nossa coordenadora da Secretaria de Estado da Educação, é também a coordenadora estadual do Pacto da Educação de



Jovens e Adultos. Ela mesma falou sobre esse levantamento e sobre essa busca que temos feito.

Quando a professora Ivanir fala dessa parceria que nós temos que buscar, quero dizer que o governo do Estado, através da Secretaria da Educação, tem buscado essa parceria de diversas formas. Conforme mencionado pela Flávia, precisamos entrar em contato com os Municípios e ter essa conversa, ir em busca deles. Hoje o Anderson está aqui e pode afirmar isso, sobre a nossa conversa constante com os Municípios para estarmos trazendo essa parceria. É bem importante e eu vejo uma crescente nisso.

Antes de estar aqui eu vim da Coordenadoria Regional de Educação de Florianópolis e lembro que tivemos uma conversa com uma das integradoras de ensino. Essa foi uma solicitação da Secretaria de Educação: colocar uma pessoa que pense junto da EJA dentro das Coordenadorias. E hoje nós temos essa pessoa lá dentro, que faz esse papel de pensar em como está o ensino da EJA dentro das Coordenadorias.

Então, para vocês terem conhecimento, hoje temos buscado essa conversa constante com as 37 Coordenadorias sobre como está o ensino da EJA lá na ponta, como está funcionando, quem são esses professores que estão lá, como iremos subsidiar, amparar e dar formação para esses professores. Temos esse cuidado e está sendo pensado, sim. Dentro da Diretoria de Ensino da Secretaria de Estado nós temos esse viés.

Quando falamos de número de matrículas, Deputada, nós temos no plano de matrículas 2025 um número de 25 estudantes para abrimos essa turma, mas nós temos um plano de estudo ali dentro da Secretaria de Estado da Educação para desvincular isso aí, e nós estamos pensando na realidade local. Então, já tem um plano de estudo pensado sobre isso.

Só para fazermos esse apanhado, mostrando como temos ofertado e nos preocupado, sim, com essa questão da Educação de Jovens e Adultos e de como queremos estar junto com os Municípios para ampliarmos essa rede. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Obrigada, Kênia.

Com a palavra o Promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, Marcelo Brito de Araújo.

O SR. PROMOTOR MARCELO BRITO DE ARAÚJO – Cumprimentando a Deputada, cumprimento toda a mesa e todos os presentes de forma presencial e virtual. Fico bastante feliz, para falar a verdade, porque estou aqui para aprender.

A senhora sabe, Deputada, que a minha Promotoria é um universo sem fim. Estou à frente dessa Promotoria há seis anos e vim com a missão de trabalhar pela questão da qualidade da educação. No entanto, nós nos deparamos com tantas questões que precisam ser construídas. E, de repente, vem a EJA.

Fiquei aqui olhando de forma bastante apreensiva, para falar a verdade, porque, às vezes, essa é uma realidade... A gente está sempre tão focado na Educação Básica, buscando melhorias na questão estrutural, na qualidade do ensino, na questão dos professores e em todo o universo que a educação acaba exigindo da Promotoria.

Eu não tenho formação na área da educação, mas, sim, formação jurídica, e estou aqui para contribuir. E ouvindo atentamente as palavras de vocês percebo que temos um grande trabalho a ser feito. A EJA nunca bateu na nossa porta, na realidade está batendo pela primeira vez. Eu até comentei com a Deputada: o que eu vou fazer na mesa, porque estou aqui para escutar, não sei muito de EJA. Mas



enquanto ouvia vocês, fiquei aqui elocubrando e refletindo: de que forma podemos melhorar essa nossa qualidade. E fiquei pensando, considerando tudo o que aprendi sobre educação nesses seis anos.

Eu vejo aqueles Municípios pequenos... Eu vim para cá com uma relação, foi a única coisa que eu pedi ao meu Centro de Educação me fornecer, e vi os percentuais de educação e os percentuais sobre quantas pessoas precisavam estar dentro das escolas. E fico aqui pensando: é complexo, é difícil, porque nos Municípios pequenos...

A senhora sabe e eu também conheço este Estado todo, trabalhei lá no extremo-oeste e vi algumas cidades que pertenceram às Comarcas nas quais eu trabalhei que estão necessitando de bastante atenção. Não adianta querer dizer que nós vamos implementar a EJA sozinhos, que vamos exigir do Município, do Estado, que todo mundo tem que oferecer. A parceria é mais importante. Eu senti isso, porque nós atuamos nessa questão na área das bibliotecas e também em outras áreas e não temos condições de implementar. Não falo pelo governo do Estado, mas sabemos o que é possível e o que não é possível. *[Transcrição: Mirley Costa / Leitura: Janis Joplin Zerwes Leal / Leitura Final: Ilka Maria Fretta]*

Então, qual é a minha contribuição aqui, neste momento? Através do Ministério Público, das Promotorias, nós temos uma força muito grande para fazer essa interlocução naqueles Municípios onde não está estabelecida a EJA. Nós conseguimos, sim, fazer essa ponte, montar o procedimento e, por meio de determinado procedimento do Ministério Público, trazer à mesa o Município e conversar também com a coordenação da CRE, porque se dissermos para o Município estabelecer sozinho ou se fizermos de forma concorrente, Estado e Município, nós não vamos chegar a lugar nenhum.

E antes de mais nada, Kênia, e falo para o Anderson também, nós temos que repensar de que forma o Estado, que tem muito mais obrigação, apesar de ser concorrente, pode fornecer mais subsídios para os Municípios. De que forma? O Município entra com um pedaço, o Estado com outro, mas nós precisamos entrar de uma forma muito mais forte. As CREs precisam estar preparadas para enfrentar essa questão, e eu me coloco à disposição não só por intermédio da 25ª Promotoria da Educação, mas também do Gaeduc que atua no Estado inteiro, para fazer essa interlocução.

Acho que essa é a única contribuição que eu posso dar, além de aprender com vocês, professores, o que é muito importante. E me coloco totalmente à disposição. Falei muito mais do que deveria, mas acho que é com isso que eu posso contribuir com a EJA, para dar uma nova oportunidade para aquelas pessoas que, em determinado momento, perderam a oportunidade. Não importa qual foi o motivo, o que importa é que são seres humanos e que também merecem ter educação.

Eu me coloco à disposição, sempre. Falei demais. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Depois ele pergunta por que está na mesa, não é? Nós queríamos exatamente essa fala *(ri)*, do papel do Ministério Público na garantia desse direito.

Doutor Marcelo, muito obrigada. É muito bom ver uma autoridade como o senhor se expor aqui, ser honesto e dizer: olha, é uma política pública que eu preciso conhecer melhor. Acho que essa manifestação, por ser muito verdadeira, é muito importante.

Quero registrar aqui a participação de mais três cidades na nossa audiência: Tubarão, Taió e São Lourenço do Oeste. Muito obrigada.



Encerramos as falas da mesa e vamos às manifestações do público, com um tempo de até três minutos para cada um dar o seu recado e reforçar aquilo que achar mais importante. Já temos vários registros aqui de proposições, compromissos de cada um, que depois, ao final, vamos compilar.

Com a palavra a senhora Vanda de Oliveira Gomes Pinedo, coordenadora da Organização do Movimento Negro Unificado de Santa Catarina.

A SRA. VANDA DE OLIVEIRA GOMES PINEDO – Boa noite a todos e a todas. Eu sou militante do Movimento Negro Unificado e professora da Educação Quilombola na modalidade EJA, no Morro da Queimada.

Saúdo todos os alunos e estudantes e também a Deputada Luciane Carminatti, e em seu nome toda a mesa. Quero saudar também a nossa colega Milene, que veio representar a turma da EJA, e todos os estudantes aqui presentes que se deslocaram de suas unidades de ensino para assistir a este debate, a esta audiência pública tão importante para a manutenção da educação na modalidade EJA. E quero saudar ainda o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina, o Sinte, nosso sindicato de classe e de luta, que muito contribuiu para a Resolução nº 86, de 2019, para a efetivação da Educação Escolar Quilombola no Estado de Santa Catarina.

Eu queria colocar o seguinte, Deputada, que considero bastante importante: nós precisamos dialogar a questão da Educação Escolar Quilombola enquanto uma modalidade, porque ela está como uma modalidade em nível nacional, mas ainda não está como uma modalidade em nível estadual. No Estado nós vimos discutindo a Educação Escolar Quilombola apenas na modalidade EJA, o que é extremamente importante, mas se ela estiver como uma modalidade, nós vamos poder ampliar o debate da Educação Escolar Quilombola em todos os setores.

Nós ainda temos uma dificuldade muito grande para ter esse corpo institucionalizado da Educação Escolar Quilombola dentro da modalidade EJA como uma modalidade da educação. Ela ainda não está e isso interfere muito no seu formato, na sua construção e em todo o processo de coordenação e distribuição das suas modalidades. Acho que isso precisa ser discutido.

É claro que entendo que precisa de um grande debate, precisamos avançar nessa discussão no Estado. A EJA é uma necessidade para os nossos estudantes, para os nossos trabalhadores e, principalmente, para as comunidades quilombolas, tão afastadas historicamente do processo de formação e da educação regular. A Educação Escolar Quilombola tem sido a bolsa propulsora, não só na formação, mas também na reconstrução da identidade, para alcançar a titulação dos territórios. Ela é peça fundamental.

O fortalecimento da EJA fortalecerá, com certeza, também a Educação Escolar Quilombola, ainda que ela não esteja sendo trabalhada no Estado como uma modalidade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Com a palavra a senhora Lourdes dos Santos, aluna da EJA de São José.

A SRA. LOURDES DOS SANTOS – Boa noite a todos. Boa noite também aos alunos.

Eu vinha conversando no caminho com a Olaine e disse a ela que gostaria de fazer uma pergunta sobre algo que eu sempre quis saber e até agora não consegui. Gostaria de perguntar por que os alunos da EJA adultos não tiveram acesso ao Pé-de-Meia?



Então, gostaria que alguém me respondesse isso e se existe a possibilidade de conseguirmos. A pergunta seria essa. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Ótima pergunta. Vou fazer o seguinte: esse registro fica anotado e, ao final, nós responderemos, para agora avançarmos. Pode ser?

Com a palavra a senhora Rosimeri Jorge da Silva, coordenadora do Fórum Estadual de Educação.

A SRA. ROSIMERI JORGE DA SILVA – Boa noite a todos, a todas e a “todes”.

Sou coordenadora do Fórum Estadual de Educação e neste ano temos um compromisso muito grande, que é o de ajudar a construir os planos, o Plano Estadual de Educação e os Planos Municipais de Educação. Então, a minha fala é nesse sentido, de que o Fórum assume o compromisso com a Educação de Jovens e Adultos acreditando que essa modalidade precisa ultrapassar a política compensatória. Entendemos também que a educação é um direito concreto de todas as pessoas e estamos nessa luta juntos.

E quero também dizer que nós estamos iniciando o diagnóstico para o Plano, então todas as entidades, os movimentos sociais e os estudantes estão convidados a participar desse diagnóstico e a mostrar a realidade da Educação de Jovens e Adultos em Santa Catarina, para que nós possamos, no momento da construção do Plano, ter a realidade expressa, a realidade explicitada desse processo de educação. Isso é muito importante. [*Transcrição: Djonathan Costa / Leitura: Clovis Pires da Silva*]

Nós levantamos alguns pontos para vocês e deixo aqui como tarefa de casa olhar a participação social, como ela está na articulação entre as diversas entidades e, principalmente, [entre os] estudantes, na construção da política pública para a Educação de Jovens e Adultos. Acreditamos que isso seja fundamental, precisamos dessa construção coletiva, precisamos garantir o espaço desses sujeitos e dessas pessoas que estão na Educação de Jovens e Adultos, dos profissionais da educação – e já foi falado aqui, até em relação à formação desses profissionais –, dos movimentos sociais, dos vários conselhos que representam a sociedade e da sociedade civil, que acompanham essa avaliação e essas ações.

Também é importante olhar para o financiamento da educação pública, o financiamento destinado à Educação de Jovens e Adultos, e se esse destino está sendo cumprido. Na verdade, precisamos que o recurso seja pensado para garantir a permanência dos estudantes e a qualidade, porque nós sabemos que existe uma evasão, então defendemos que esses investimentos, tanto federais quanto estaduais e municipais, sejam articulados e que exista um controle social. Temos que pensar como vamos discutir isso na construção do Plano para que não haja descontinuidade, nem improvisações.

Eu sei que o meu tempo acabou, mas eu quero deixar registrado que nós também temos que pensar no currículo e na formação docente. E quero dizer que estou muito feliz de ver aqui a minha comunidade. Trabalhei 25 anos no Morro do Maciço, na Escola Jurema Cavallazzi, e fico feliz de ver vocês aqui.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Obrigada, professora.

Com a palavra o senhor Marcos Moita, professor da EJA Florianópolis.

O SR. MARCOS MOITA – Boa noite aos sujeitos alunos; aos sujeitos professores da EJA; e à mesa, em nome da Deputada Estadual Luciane.



Quero dizer que os dados trazidos esta noite foram bastante esclarecedores e transparentes, mas nós deixamos de falar da Meta 10 do Plano Nacional de Educação, que trata dos 25% que os Municípios têm que estar ofertando para os sujeitos alunos, e quando isso não acontece, a EJA e o Ceja não vão acontecer. Professora Rita, Ministério Público, doutor Marcelo, quando procuramos esses Prefeitos, eles fecham a porta para que esses 25% não sejam cumpridos.

Os números que trouxemos aqui esta noite querem dizer que nós poderíamos ter muito mais portas de escolas abertas no período noturno, matutino e vespertino para a EJA e para o Ceja, só que os Prefeitos fecham as portas, não atendem o Feja, não atendem o Fepe, não é, professora Rita? E de que forma nós vamos buscar esses sujeitos alunos se os Prefeitos fecham as portas? Como esses sujeitos vão chegar até a escola? E essa oportunidade não é apenas na escola, outros espaços também podem ser ofertados aos sujeitos da EJA.

A Conferência aconteceu, levou dez anos para que os Prefeitos cumprissem esses 25% e nenhuma Prefeitura do Estado de Santa Catarina cumpriu 10% dos 25% que estão na Meta 10. Então, nós temos mais dez anos para que os 25% sejam cumpridos e, aí, o Ministério Público é importante nesta mesa para que se possa estar junto com esses Prefeitos, junto com os Secretários da Educação, para que se consiga cumprir aquilo que está escrito e que nós discutimos tanto na Conferência Nacional de Educação. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Obrigada.

Com a palavra o senhor Claudemir Gonçalves, conselheiro do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina.

O SR. CLAUDEMIR GONÇALES – Boa noite a todas, a todos e a “todes”. Saúdo a mesa a partir da nossa Deputada e também todas as entidades, a sociedade e os estudantes aqui presentes.

(*Procede-se à autodescrição.*)

(*Passa a ler.*)

“Estamos aqui representando o 11º Plenário do CRP/SC para nos posicionar e dizer que o nosso Conselho está junto com a EJA, pois também defendemos essa educação.

A nossa escola produz fracassos, como alertava a psicóloga Maria Helena Souza Patto, as formas de fracasso só se atualizam. É fundamental pensarmos nos estudantes da Educação de Jovens e Adultos como um público que teve o seu direito violado. As pessoas continuam abandonando a escola porque não vêm perspectiva ou porque as necessidades da vida se impõem sob elas. Assim, as estudantes da EJA que envolvem esse público e que, por motivos diversos de força maior, violências, desigualdades e outras formas de exclusão intra e extraescolares, vivenciaram e vivenciam a exclusão e o fracasso escolar.

Podemos destacar os dados do censo escolar do IBGE, que como já foi mencionado aqui não vou repetir. Entretanto, é importante pensarmos que essa exclusão é perpassada por diversas questões. As mulheres, por exemplo, são especialmente prejudicadas em sua escolarização pelas questões de cuidado com familiares e filhos, assim como as populações ribeirinhas e quilombolas, população LGBT e todas as outras diversidades.

A EJA é uma escola com outra lógica, outro tempo, que oferece aquilo que a escola regular não tem: o trabalho por projetos, os grupos de estudos por temas, a contagem das séries por créditos de produção do aluno, a ausência de prazos para a conclusão. Nesse sentido, é fundamental a defesa e a valorização da EJA como espaço de garantia de direitos.



No escopo da Psicologia, destacamos que a Lei 13.935 vem como uma possibilidade de repensar nossa Educação Básica. Defendemos a presença de psicólogos escolares educacionais e assistentes sociais como profissionais da Educação Básica, como um serviço de ponta nas equipes das unidades educativas visando, assim, contribuir com o apoio psicossocial, educacional, direto às unidades da EJA, em suas particularidades, e de toda a comunidade escolar.

Compreendemos a relevância da manutenção e da continuidade da EJA e o nosso Conselho se coloca à disposição para somar. Temos esse compromisso com vocês.

Muito obrigado.” (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Quero fazer um registro: eu estou impressionada com a Educação de Jovens e Adultos de São José. Dezesesseis turmas assistindo nos polos coletivos, totalizando 420 alunos. Parabéns! (*Palmas.*)

Com a palavra a senhora Zâmbia Osório.

A SRA. ZÂMBIA OSÓRIO – Oi, gente, boa noite.

Gostaria de cumprimentar os estudantes da EJA, principalmente do Osvaldo Galupo, e também os estudantes do IFSC. Acho que o nosso espaço fica muito mais potente com a presença de vocês e não tem sentido esta audiência pública se vocês não estiverem aqui e não pautarem essas políticas.

Eu me chamo Zâmbia, sou professora na rede de Florianópolis da EJA e vou falar um pouco desse lugar, porque nós falamos a partir do território que ocupamos.

Acho que é importante dizer que a EJA de Florianópolis está presente em 26 territórios e isso demarca o posicionamento político de que nós precisamos ter a EJA onde as pessoas precisam ter educação e que o nosso currículo, em Florianópolis, parte do sujeito. Então nós respeitamos os tempos e os espaços dos estudantes e é por isso que temos matrícula a qualquer tempo – vocês que estão aqui e também aqueles que estão nos assistindo, se souberem de qualquer pessoa que precise estudar, temos matrículas abertas o ano inteiro.

Acho que é importante trazer uma questão para problematizarmos sobre a EJA, porque a EJA é educação, é feminina e o fato de que precisamos ter um recorte racial quando estivermos fazendo essa discussão sobre educação também é um posicionamento político.

Um dado do IBGE sobre o Distrito Federal diz que 29% dos jovens negros, de 15 anos a 17 anos, têm uma vida ocupacional ativa e estão trabalhando. Então, existe uma juventude trabalhadora, essa juventude tem cor, e nós não podemos considerar que pessoas jovens, porque são adolescentes, não estão trabalhando. Essa é uma realidade, obviamente, que tem a ver com a desigualdade racial histórica e atualmente constituída, e precisamos considerar isso quando falamos sobre a EJA, não é? [*Transcrição: Reinaldo T. Ouriques / Leitura: Fabiano A. de Souza*]

Nesse sentido, eu acho que alguns encaminhamentos são importantes, por exemplo, precisa haver um recorte racial nos diagnósticos que os Municípios vão fazer para garantir a EJA, porque existe cor e existe gênero nos estudantes da EJA. Precisa haver também a garantia de equidade e de educação das relações étnico-raciais na oferta da EJA, porque a escola, eu estou falando de escola mesmo, que é diferente de educação, a escola promove exclusão e uma dessas formas de exclusão é na forma de não respeitar as diferenças étnicas, principalmente de corpos racializados, negros e indígenas. Então, se não tiver uma educação das



relações étnico-raciais, nós não vamos garantir uma educação de qualidade e vamos promover novas expulsões.

Eu sugiro também que tenhamos como prática para a manutenção da permanência, algo que a Lu de São José já falou, a garantia de bolsas para os estudantes da EJA do Ensino Fundamental, porque esses estudantes também são pessoas trabalhadoras, e não somente aos estudantes de Ensino Médio. E no que tange à busca ativa, nós precisamos trabalhar com cruzamento de dados, principalmente da Saúde e da Assistência Social, esses espaços são importantes e nós precisamos conseguir fazer esse movimento. Essa busca ativa precisa ser feita pelo Estado: Municípios, Estado de Santa Catarina e governo federal. Por quê? Porque para fazer busca ativa nós precisamos de materialidade, precisamos de dinheiro e de recursos humanos, então precisamos implicar esses sujeitos.

E nesse sentido também, chamada pública não é postagem no Instagram, chamada pública é estar nas comunidades, estar nos postos de saúde e estar nos aparelhos sociais conversando com a comunidade. Então, não é só chamada pública, é chamada pública de qualidade. E ouvir cada vez mais os estudantes da EJA, eu acho que para além da audiência nós precisamos criar espaços onde os estudantes possam falar sobre as suas demandas e as suas necessidades.

Acho que é um pouco disso. Obrigada, gente. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Com a palavra a professora Alveté Pasin Bedin, coordenadora-geral do Sinte.

A SRA. ALVETE PASIN BEDIN – Boa noite a todos e a todas. Gostaria de cumprimentar a mesa, em nome da nossa Deputada Lu, e parabenizar cada um e cada uma que está aqui. E também os nossos Municípios por esse número significativo de Municípios assistindo.

Doutor Marcelo, Rita, antes eu parei e pensei na invisibilidade dessa modalidade, e eu acho que nós também nos culpamos, porque quando a Lu fala de Chapecó, eu sou de Chapecó também e lembro muito bem, era uma explosão. Eu chego a me arrepiar, porque me lembro de pessoas que não tinham condições e que se disponibilizavam para dar aulas, porque diziam assim: não é possível que a gente aceite que essas pessoas, esses trabalhadores, esses seres humanos não tenham o direito de serem alfabetizados, de terem a educação naqueles turnos, porque como a Lu fala, a educação tem que ir até você, não é você que tem que vir, não é você que tem que se adaptar, somos nós.

Eu quero parabenizar o IFSC, porque vejo que neste momento o governo federal tem política, tem proposta, mas nós precisamos divulgar mais, eu acho que nós precisamos disso, porque é um problema grande que nós estamos tendo. Outro dia nós estivemos no Encontro Nacional dos Aposentados e das Aposentadas da Educação da CNT, no Rio Grande do Sul, em Bento Gonçalves, e colocamos essa dificuldade grande de tornar visível, como a Vanda fala, não é?

Quero dizer aqui que eu fui relatora, eu e o Felipe, porque eu represento o Sinte, e foi um problema, uma dificuldade grande para passar minimamente, porque quando eu chamei o povo, a Vanda veio e trouxe o grupo todo, primeiro aqui no Sinte e depois lá no Conselho Estadual de Educação. Gente, quanta coisa para poder bancar e fazer com que essa Resolução 86, em 2019, passasse, não é, Vanda? (*Palmas.*) Foi sofrido e suado, e nós ficamos felizes e orgulhosos. Assim como foi a resolução da educação indígena e do campo. Foram três resoluções em que eu fui relatora e banqueei, porque tínhamos uma dificuldade muito grande de aprovar as nossas propostas.



Então eu quero dizer que nós queremos, sim, estar junto, enquanto sindicato, enquanto educadores, para contribuir para que aconteçam muito mais turmas e para que muito mais pessoas tenham essa oportunidade.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Registro a presença de mais Municípios aqui: Ituporanga, Chapecó, Jaraguá do Sul, Ibirama e Florianópolis, para os quais peço mais uma salva de palmas, o Estado todo está acompanhando esta audiência. (*Palmas.*)

Esta é a última fala, depois eu vou para os encaminhamentos, porque acho que já temos bastante coisa aqui.

Com a palavra a professora Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin.

A SRA. MARIA HERMÍNIA LAGE FERNANDES LAFFIN – Boa noite a todos e a todas.

Na realidade, acho que são coisas que já foram ditas. A Zâmbia me representou bastante naquilo que eu gostaria de falar; assino embaixo em cor, em tempo e em espaço as coisas que a Zâmbia apresentou. Acho que pensar a EJA como Educação Básica, como ela disse, e de maneira feminina, pensar em outro formato de pensar a educação, porque muda aquilo que era o Ensino Supletivo para a Educação de Jovens e Adultos. Eu sei que na nossa memória fica o Feja, o Ceja, ou seja, é tudo no masculino, mas acho que temos que pensar o feminino desse processo educativo como importante neste momento.

Como a Rita disse, a EJA é tanto um direito da Educação Básica como das crianças e dos adolescentes, e ela precisa ser reconhecida por isso. E aí, doutor Marcelo, uma das coisas que nós vimos falando nas nossas pesquisas é que há, sim, uma demanda. Quando os Municípios dizem que não têm procura, ninguém procura o que não conhece. Então a questão da chamada pública é fundamental.

E quando há, principalmente, o fechamento de turmas nas redes de ensino, eu sempre digo: vão ao Ministério Público, porque o Ministério Público tem o papel de fazer garantir essa oferta. Acho que nessa questão de olhar o fechamento das turmas, também pode ter um papel bastante importante a parceria com o Ministério Público, porque a própria LDB diz isso, que nós podemos reivindicar uma sala de aula da EJA. Não uma sala de aula, mas a matrícula da EJA pode ser pedida pelo sindicato, pelo Ministério Público, porque esse direito constitucional precisa ser garantido.

Acho que é um pouquinho isso, reconhecer a EJA, porque ela é, sim, um direito tanto quanto é das crianças. E ela não é uma oportunidade fora da idade, não é isso, porque nós estamos aqui e continuamos a aprender o tempo todo, ela é um direito que não foi garantido quando criança e que precisa ser garantido agora, quando jovem, quando adulto e quando idoso. Assim acho que nós mudamos a perspectiva, como a Rita já nos disse na sua fala.

Obrigada, Deputada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Antes de irmos para os encaminhamentos, nós recebemos na Comissão de Educação e Cultura duas solicitações, e depois eu vou formalizar, oficializar diretamente à Kênia: uma é a solicitação de atenção à abertura de uma turma de Educação de Jovens e Adultos na comunidade quilombola de Pescaria Brava – está aqui o documento, eles estão alegando que essa situação está muito morosa, os alunos estão aguardando e não têm resposta em relação a isso –; e a outra é do Município de São Cristóvão do Sul, em que 25 alunos estão pré-matriculados para o Ensino Médio, que é um requisito, e estão fazendo o questionamento de quais trâmites administrativos e



documentais o Município deve seguir para oficializar e quais providências cabem à CRE na regularização disso. Depois nós vamos oficializar vocês para responderem aos dois pedidos.

Qual é o procedimento que nós vamos adotar a partir de agora? Como eu falei inicialmente, todas as manifestações virtuais passam a compor o documento oficial e também as proposições feitas aqui, porque não teve proposições ou falas contraditórias. Eu entendo aqui que está consensuado, não precisamos fazer votação uma por uma. É um entendimento consensuado de que são questões que precisam ser consideradas, mas eu quero destacar algumas coisas aqui, em especial.

Quando o doutor Marcelo fala de parcerias, essa questão é bem importante. E por quê? Eu vou dar o exemplo do transporte escolar: não tem sentido o Município pagar o transporte escolar de um trecho e o Estado fazer o mesmo trecho, mas tendo que pegar outro ônibus. Gente, não tem sentido, se é o mesmo trecho, vamos otimizar e utilizar o mesmo transporte. Isso é pensar em parceria. Parceria é pensar que se você tem uma escola ou um espaço, seja ele municipal, estadual ou federal, em uma comunidade e os alunos estão lá, não importa se é uma turma que o Estado vai abrir, mas é um espaço do Município. É direito de todos. Acho que o que temos que falar aqui, quando nós pensamos em parceria, é o direito à educação. Os entes federados têm que se enquadrar nesse direito à educação, não pode um fazer uma coisa e o outro fazer outra ou um não conversar com o outro, todos têm que conversar. Aliás, quem é gestor público deveria fazer mais isso para que nós pudéssemos ter um resultado maior. Então eu quero reforçar aqui a importância das parcerias. *[Transcrição: Júlia Amaral Da Rosa / Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos]*

Sobre a questão da chamada pública, eu me lembro de um dia eu cheguei a uma Prefeitura e cobreí do Prefeito a Educação de Jovens e Adultos e ele disse para mim: mas está ali o cartaz, Deputada, a senhora não está vendo? Eu disse: ah, está bom, um sujeito que não sabe ler e escrever vai entrar na Prefeitura e ficar procurando um cartaz de chamada pública! Vamos nos ligar, gente! Olha como nós não nos comunicamos adequadamente!

É disso que estamos falando. Chamada pública não é só colocar cartazinho e fazer chamada em rede social. Como é que eu me comunico com as pessoas que são o público de atendimento da EJA? Como nós fazemos isso chegar às pessoas? Elas vão para a igreja, não vão? Então tem pastor, tem padre, as pessoas trabalham, então existem empresas onde você pode ir, Unidades de Saúde, CRAS, existem pontos de ônibus onde você pode ir e conversar, sindicatos, movimentos, existe rádio na qual você pode falar, dar recado, chamar.

Então, quando nós falamos em chamada pública, em comunicação, eu me incomodo muito, porque às vezes encontro muitos gestores que dizem: não, nós avisamos, está lá o comunicado. Mas o que é isso? Parece que é de propósito, para ninguém ir mesmo. Então nós temos que querer e mostrar que queremos, criando alternativas para isso. Existem associações de moradores, por que não vão conversar com as associações de moradores ou, no final das turmas em que os alunos estão saindo, porque não entregam um bilhete sobre a abertura de turma da EJA para eles levarem para o pai e para a mãe? Vamos fazer esse movimento, de demonstrar que nós queremos mesmo, porque aí é outra história. Eu quero reforçar isso aqui.

Também foi falado bem no começo – acho que a Rita falou – em um grupo de trabalho para avaliar, refletir e propor ações pelo menos uma vez por semestre. E eu



quero juntar a essa ideia de um grupo de trabalho a necessidade de, daqui a uns dois meses, voltarmos para avaliarmos esse cenário, porque senão nós vamos deixar assim, hoje fizemos a audiência e tudo bem. Não, vamos avaliar daqui a dois meses. O Ministério Público vai vir aqui e dizer: Deputada, em trinta Municípios eu tive que entrar com uma ação para fazer. Entendem? Vamos...

(Manifestação fora do microfone inaudível.)

O número de alunos por turma é outra questão. Foi falado muito aqui do número de alunos por turma e eu entendi que a Kênia respondeu isso.

Obrigada aos alunos, pela presença.

(Alguns alunos se retiram do recinto.)

Eu entendi que a Secretaria da Educação se comprometeu aqui também com essa situação de revisão em relação ao número de alunos. Eu até anotei aqui: plano de estudo da realidade local, considerar a realidade local. É a mesma briga que eu tenho, às vezes, quando a Secretaria de Estado da Educação quer fechar uma escola do campo. Eu falo que não dá para usar a mesma régua da urbana, porque na urbana você tem 90% das pessoas (*palmas*) e no interior você tem 8%. Você usa a mesma régua para dizer: ah, não tem trinta alunos numa turma, fecha a escola. Como assim? Então, nós temos que compreender isso.

Também quero destacar aqui a importância da presença do CRP. É muito legal ver o Conselho Regional aqui também, se comprometendo.

E além de todas as questões que foram faladas aqui, há uma que não veio à tona. Veio aqui a questão do recorte de gênero e étnico-racial, mas não veio de deficiência. E eu penso que nós precisamos enxergar isso: a questão das pessoas com deficiência, que também estão excluídas. Então, eu queria destacar aqui essa questão, pois também precisamos garantir que nessas turmas haja uma inclusão efetiva das pessoas com deficiência.

Nós precisamos falar sobre os trabalhadores em educação, na Educação de Jovens e Adultos. A privação de liberdade também apareceu, Vieira, foi mencionada aqui no começo das falas, inclusive na sua fala.

Bem, eu fiz um resgate de algumas questões aqui.

Por último, quero dizer que gostei muito da ideia de criar um fórum dos estudantes da EJA. Gostei muito da ideia, porque os estudantes precisam falar e falaram pouco hoje, quem falou mais foram os professores, certo? Talvez um encaminhamento bem ousado aqui seja constituirmos, no Estado, um fórum de discussão, que pode ser de forma presencial ou virtual, depois discutimos, mas eu acho que seria muito legal vocês falarem, se manifestarem sobre o que sentem em cada turma que está sendo construída. Tudo bem?

Com relação ao Pé-de-Meia, que foi trazido aqui, querem que eu fale ou vocês falam?

A SRA. RITA DE CÁSSIA GONÇALVES – Os Fóruns da EJA, gente, têm na nossa pauta de reivindicação, desde 1997, que para a permanência dos estudantes da EJA na EJA é necessário apoio financeiro. Isso sempre esteve presente. O Pé-de-Meia nem estava previsto para atender esse pouquinho de gente da EJA que atendeu, ele era só para o Ensino Médio na idade obrigatória. Nós brigamos para entrar e entrou, mas nós queríamos que contemplasse também os estudantes do Ensino Fundamental e ampliasse a idade para a EJA, obviamente, porque 24 anos é pouco, e a resposta do Ministério foi que não há dinheiro.

Então só vamos conseguir ampliar o Pé-de-Meia, gente, com mobilização. É preciso entrar nas redes do Ministro (*ri*), do Secretário, do Congresso, e ampliar a luta pela ampliação do Pé-de-Meia. Nós queremos ampliação do Pé-de-Meia na



EJA, porque, de fato, sem apoio financeiro os estudantes da EJA caem fora rapidamente. Portanto, esperamos o apoio de todo mundo para ampliar essa nossa luta nacionalmente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Eu quero apenas fazer um registro aqui que acho importante, sobre essa questão orçamentária, porque eu estava, inclusive na semana passada na UFSC e disse ao Reitor que nós precisávamos fazer um debate sobre o Orçamento da União. E, às vezes, nós não queremos fazer esse debate, porque é mais fácil bater aqui ou ali.

Hoje o Congresso Nacional está sequestrando o Orçamento da União. Há sequestro do Orçamento, há Ministérios que têm menos recursos para a execução da sua política pública do que um Deputado Federal, por conta das emendas. Imaginem que cresceu para R\$ 50 bilhões as emendas. É claro que tem corte.

Então nós precisamos fazer esse debate e chamar os congressistas, porque eles são a maioria. Precisamos discutir, independentemente de quem seja o governo. Entre emenda parlamentar e política pública, eu quero, eu exijo política pública. Senão ficamos aqui achando que é só aumentar um pouquinho o recurso do MEC. Nós estamos falando aqui que as emendas foram avançando tanto no governo passado que agora está estourando e qualquer governo que entrar daqui para frente estará ferrado, porque eu quero ver diminuir.

É bem diferente daqui, na Assembléia Legislativa. Para vocês terem uma ideia, nós também temos emenda, mas sabem qual é o percentual de emenda? É 1,5% de toda a Receita Corrente Líquida do Estado. Isso não faz nem cócegas no governo Jorginho, está tranquilo. Diferente da União. Por isso precisamos fazer esse debate, inclusive porque vai faltar recurso para as políticas públicas.

Vou encerrar esta audiência. Tudo o que foi falado aqui vai compor o documento oficial e retomaremos este debate das propostas, dos encaminhamentos com cada um que é responsável, na parte que lhe cabe. Com o doutor Marcelo nós vamos conversar sobre os Municípios; com a Secretaria de Estado e com a Flávia sobre o monitoramento; e com a Rita sobre o Pacto de uma forma geral. E aqui ninguém confronta ninguém, é todo mundo se unindo, se juntando para que consigamos atingir toda a meta, que é um grande programa de Educação de Jovens e Adultos em Santa Catarina para que ninguém fique de fora. Esse é o desafio.

E parabéns ao Instituto, que continue com essa meta de 10% e que a atinja, para dobrar a meta.

(Por determinação da Presidente da Comissão de Educação e Cultura, Deputada Estadual Luciane Carminatti, abaixo a reproduçãoipsis litteris das mensagens enviadas por meio do chat do YouTube da Alesc:

“Emanuele Weber MattielloBoa noite, em breve começaremos a audiência pública sobre o EJA

Emanuele Weber MattielloSe quiserem se apresentar, dizendo a cidade e se fazem parte de algum ceja, instituição ou escola

Emanuele Weber Mattiellofiqueem à vontade =]

Sandra BataglinSandra Bataglin de São Miguel do Oeste SC

Ceja LagunaBoa Noite

Ceja LagunaLeonardo S. de Limas CEJA Laguna

Dan HBDaniel Harres Braga Prof. de Ed. Física EJA CEM Antonio Francisco Machado

FATIMA PEREIRAFátima Pereira - FEJA/PB

Informática MelãoColégio Municipal Maria Luiza de Melo São José SC

Aline SalamiBoa noite! Aline, Escola dos Trabalhadores CUT



edbugs76Polo EJA Antônio Francisco Machado (Forquilhão) presente
Antonio Carlos da Silvaboa noite São José presente
diretor700576 -Boa Noite! CEJA de Xanxerê acompanhado a audiência
Chat...
Andrea Matos PereiraBoa noite
Emanuele Weber Mattielloobrigada pessoal pela presença e atenção de
você
Andrea Matos PereiraCeja de Laguna agradece o convite
Cleber MattePlanalto Alegre
edbugs76Polo EJA Antônio Francisco Machado (Forquilhão) -Sao José/SC
Ceja ConcordiaBoa noite!! CEJA de Concórdia presente.
Graziele Regina AmorimBoa noite. Polo EjaAraucaria. São José/SC
Maria elisabete Alves da silvaMaria professora Ceja Xanxerê!
Neno Miranda OficialDe 40 deputados estaduais quase nenhum no plenarinho
, uma tristeza !!
Maria Veralucia SilvaBoa noite
EJA São JoséBoa noite
Ceja de Dionisio CerqueiraBoa noite
karlalopesBoa noite!! CEJA de Joaçaba presente
EJA São JoséBoa noite, a todos os nossos estudantes e professores da Rede
Municipal de São José que estão participando.
Liliam MafraBoa noite!
Andréa LopesJoinville
Liliam MafraCeja de Brusque presente!
Joceli Silva Mattos GonçalvesEJA Brunópolis
Taioaba VeganEm Joinville/sc não temos nenhuma formação em humanas
gratuitas e todas as verbas dos editais culturais acabam não ficando no Município pq
não acham pessoas capacitadas pra as funções culturais.
Taioaba VeganOs artistas não tem formação, nem renda. Faço parte do CMPC
de Joinville/sc me chamo Thainara Santana.
Centro de Ed Jovens e AdultosBoa noite! Marciana Matielo Tessari - CEJA de
Videira
diretor700576 -E quando ofertamos, porém existe uma exigência de no
mínimo 20 alunos para abrir turma?
JordanaCEJA de Braço do Norte
diretor700576 -Nas Unidades Descentralizadas nem sempre conseguimos os
20 alunos exigidos, devido a prova do ENCCEJA , que alguns acabam tendo
aproveitamento
Ceja de AraranguaBoa noite! CEJA Araranguá
Andrea Matos PereiraCeja de Laguna: Há uma exigência de número mínimo
de alunos para que uma turma Ceja autorizada. Já estamos trabalhando com turmas
multisseriadas para alcançar esse número, quase impossível
Irene GonçalvesBoa noite
edbugs76Seria interessante pedir para Dep. Luciane fazer uma saudação a
tod@s que acompanham a audiência online
diretor700576 -Atendemos mais de 200 alunos no Presídio Regional com a
Remissão de leitura, porém o material, caderno, lápis, folhas para impressão dessa
demanda sai do CEJA,



diretor700576 -mas os alunos não contabilizam para o Censo Escolar, isso deveria ser mudado, pois temos essa demanda todos os meses com relatórios para o MP para a remissão de leitura

Emanuele Weber MattielloOlá Ed, ela vai fazer em breve

Maria De Lourdes Mendes LocksBoa noite Participando de Balneário Rincão

Liliam MafrA EJA é direito! A rede estadual precisa rever a questão do número mínimo de estudantes para abertura de turmas.

edbugs76Um grande desafio é fazer com que os municípios compreendam que a EJA deve fazer parte da previsão orçamentária dos municípios

edbugs76Mas os alunos não podem ser vistos apenas do ponto de vista numérico

edbugs76Além disso, a parceria entre municípios, IFSC e outras instituições pode fortalecer a EJA em todos os seus segmentos, além de assegurar a continuidade e/ou terminalidade dos estudos

Emanuele Weber Mattiellodiretor700576

Emanuele Weber Mattiellode qual município é o presídio diretor700576 ?

Ceja de AraranguaÉ necessário rever a grade curricular do Ensino Fundamental II.

Chat...

diretor700576 -Xanxerê

Sandra Bataglinessa parceria do transporte da prefeitura com o IFSC em outros anos já funcionou, e só ter decisão política.

edbugs76A questão do transporte é fundamental! Temos alunos que acabam evadindo justamente pela dificuldade de acesso a essa possibilidade!

diretor700576 -Enquanto Direção agradecemos a Flavia por toda atenção que tem com a Educação de Jovens e Adultos no estado, nunca nos deixa sem orientação, porém ainda precisamos de ajustes que não dependem dela.

Liliam MafrPara além da oferta, também precisamos discutir a qualificação da EJA, o que implica na urgência de políticas públicas que assegurem a estabilidade e a formação docente permanente.

SADI BARONparabens dep. Luciane

edbugs76Parabéns à Comissão de Educação da ALESC, na pessoa da Dep. Luciane, pela iniciativa de promover essa audiência! Que este seja o início de um novo ciclo da EJA em SC!

Daniela Dal PraDaniela- CEJA de Chapecó

Emanuele Weber Mattielloobrigada pessoal pelas contribuições, já estamos repassando todas as infos do chat para a mesa

Cleonice BachParabéns pelas informações.

Adriana Althof

Adriana AlthofMuito bommmFláviaaaa

edbugs76Iniciativa da audiência excelente! Parabéns, deputada Luciane e membros da Comissão de Educação!

Debora S.Taió aqui

Debora S.boa noite

Ensino CejaTubaraoTubarao

Debora S.Cidade de Taiótbm.

Direção CEJA Ituporangaltuporanga também

pedagógico do CEJA de São LourençoMaria Consoli CEJA São Lourenço do Oeste

José Maria Rosa TrindadeNúcleo Norte 1 PMF presente!



Daniela Dal PraCEJA de Chapecó em torno de 1000 alunos faz uso das palavras da gestora do CEJA de Xanxerê

EJA São José Lembrando a Deputado Carminatte que setenta são os acessos. Em São José temos 16 turmas assistindo nos polos de forma coletiva, nas salas de Inclusão digital, o que equivale a 420 estudantes.

Daniela Dal PraEm torno de 1000 alunos no projeto de leitura

ClesioPerreiraBoa noite

MARIA HELENA ROMANI MOSQUENIFSC câmpus São Miguel do Oeste!
Presente!

Jaqueline MilbradtCEJA de Jaraguá do Sul presente

diretor700576 -Parabéns Doutor!!! Isso mesmo!

Soeli SeboldFrizonCEJA Ituporanga aqui

Ceja de BlumenauCeja de Blumenau presente

Talita Silveira DomingosA matriz curricular da EJA poderia ser alterada, baseada na prova do encceja. Acredito que ofertar não disciplinas, mas turmas por área de conhecimento.

Talita Silveira DomingosA matriz quilombola é por área de conhecimento. E tem dado um bom resultado nas unidades.

Luiz Gabriel Nogueira Rodriguespolo Rio Vermelho da EJA Norte 1
PRESENTE!

Simone dos Santos RibeiroOrganizar um currículo para preparar pra uma prova específica é o mesmo que retirar os direitos a aprendizagem plena de nossos estudantes que já tiveram tantos direitos tirados.

Ceja de BlumenauÉ possível retomar a efetivação de professores na modalidade EJA no estado de Santa Catarina?

Maria Doraci OroMaria Doraci Oro Ceja São Miguel do Oeste

Maria De Lourdes Mendes LocksQue audiência importante Dados levantados e diagnosticado

Janete PalúJanete Palú- Ceja de São Miguel do Oeste

Ceja IbiramaCEJA Ibirama presente

Emanuele Weber MattielloQue bom é ver tantas pessoas acompanhando junto, profissionais da educação, estudantes, gestores, comunidade! A contribuição e o olhar de vocês é muito importante para nossos EJAS,

Emanuele Weber Mattielloobrigada pela presença e participação pessoal

Emanuele Weber Mattiello@danieladalpra não entendi direito o comentário. tem 1000 alunos em Chapecó assistindo a audiência, seria isso?

diretor700576 -Não, tem 1000 na remissão de leitura, onde não contam no censo escolar, não vem verba e nós direção de ceja temos que dar conta desse material

diretor700576 -cadernos, lapis, borrachas, canetas e folhas de ofício mensalmente

Ceja de BlumenauParabéns pela iniciativa da Audiência Pública sobre a Educação de Jovens e Adultos, que certamente contribuirá para o aprimoramento e fortalecimento dessa importante modalidade de ensino.

Emanuele Weber Mattielloentendi diretor, obrigada por explicar

diretor700576 -CEJA de Xanxerê também agradece a essa importante audiência pública

edbugs76Zambia e Prof. Maria Hermínia brilhantes em suas colocações

edbugs76Zambia e Prof. Maria Hermínia brilhantes em suas colocações



Emanuele Weber Mattiello estamos encerrando pessoal, aproveitando para agradecer mais uma vez a presença

Emanuele Weber Mattiello estamos encerrando pessoal, aproveitando para agradecer mais uma vez a presença.” (*Cópia fiel.*)

Um grande abraço, uma boa-noite a todos e nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a audiência pública. (*Palmas.*) (*Ata sem revisão dos oradores.*)
[*Transcrição: Cátia Schaffer / Leitura: Djonathan Costa / Leitura Final: Marivânia Pizzi*]

**DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI
PRESIDENTE**